



22/08/2018

Câmara aprova contas da Prefeitura de 2016 e orçamento interno para 2019

Os vereadores de Louveira aprovaram por unanimidade as contas da Prefeitura referentes ao exercício de 2016 e também apresentaram a proposta orçamentária da Casa para o exercício de 2019. Na mesma sessão, realizada na noite desta terça-feira, 21, os parlamentares aprovaram alteração no Estatuto da Guarda Municipal e também uma Moção de Congratulação dirigida à Brigada de Incêndio da Prefeitura, além de 27 indicações de melhorias.

A primeira votação foi das contas da Prefeitura, proposta pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, acatando parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado. O vereador Laercio Neris (PTB), presidente da comissão, defendeu a aprovação do projeto, parabenizando a administração pública comandada pelo prefeito Júnior Finamore. "As contas da administração referentes a 2016 foram aprovadas pelo Tribunal de Contas sem nenhuma ressalva. Sabemos que Louveira dispõe de orçamento bem robusto em comparação com outras cidades, de quase R\$ 500 milhões e tendo as contas aprovadas sem ressalva, é muito gratificante. Sinal que a cidade está bem administrada. A preocupação do prefeito com os recursos públicos, como ele fala, tem que ser maior que o próprio dinheiro, pois é dinheiro da população, dos impostos pagos por ela. A administração está de parabéns e que isso possa continuar nas próximas gestões, essa austeridade fiscal nas contas do município".

Em relação à proposta do orçamento da Câmara, os vereadores aprovaram um total de R\$ 22,5 milhões para 2019, para a manutenção das atividades legislativas, salário de funcionários, subsídio dos vereadores e pagamento de serviços terceirizados. O valor previsto é o mesmo deste ano. A proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada ao Executivo para ser inserida na proposta orçamentária municipal, que envolve também a Prefeitura e a Fundação Municipal de Habitação (Fumhab). O orçamento completo deverá retornar à Câmara para discussão até o próximo dia 30 de setembro.

O último projeto aprovado foi uma alteração no Estatuto da Guarda Municipal, proposta pelo Executivo. Trata-se de uma adequação do texto aprovado no final do primeiro semestre, para correção formal.